

FASUL EDUCACIONAL

(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA - CONTABILIDADE: ORÇAMENTOS, CUSTOS E FINANÇAS NO SETOR PÚBLICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA - CONTABILIDADE: ORÇAMENTOS, CUSTOS E FINANÇAS NO SETOR PÚBLICO

DISCIPLINA: ORÇAMENTO PÚBLICO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
RESUMO
É bem conhecida a expressão de que os recursos (financeiros, materiais, tecnológicos) são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitadas, daí ser impossível atender a todas as demandas de uma sociedade. Por isso, é preciso planejar todos os gastos, fazendo um orçamento e determinando as prioridades a serem alcançadas. Mas, para que fazemos um orçamento? Quando queremos estimar o custo de algo, costumamos levantar tudo o que será necessário para que ele se efetive. Precisamos ter disciplina, organização e equilíbrio nos gastos a fim de que um orçamento não fique aquém das expectativas. No setor público, a disciplina fiscal e a busca do equilíbrio entre receitas e despesas constituem elementos essenciais à saúde financeira do Estado. Isso possibilita a prestação de serviços públicos de qualidade, mantém o poder aquisitivo da moeda e um ambiente de negócios que traga crescimento e desenvolvimento econômico. E como isso se fundamenta no setor público? É o que veremos a partir de agora.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO CAMPO DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O FUNCIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL FUNÇÕES DO ESTADO E SUAS ATRIBUIÇÕES NA ERA CONTEMPORÂNEA FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO NA ERA CONTEMPORÂNEA CASE: O PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA
AULA 2 INTRODUÇÃO MODALIDADES ORÇAMENTÁRIAS ORÇAMENTO PROGRAMA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS CASE: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA AÇÃO GOVERNAMENTAL
AULA 3 INTRODUÇÃO PLANO PLURIANUAL LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) CASE: EMENDA PARLAMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ATENDIMENTO DAS PRIORIDADES SOCIAIS
AULA 4 INTRODUÇÃO RECEITAS CORRENTES RECEITAS DE CAPITAL ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA CASE: RECEITAS PÚBLICAS E A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

AULA 5

INTRODUÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM A CATEGORIA ECONÔMICA

ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

CASE – PUNIÇÃO APLICADA POR NÃO RESPEITAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A CONSTITUIÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI

CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

CONTROLE EXTERNO

CASE: CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUIR UM PAÍS MELHOR

BIBLIOGRAFIAS

- MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2010.
- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. Orçamento público – planejamento, elaboração e controle. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CONTI, J. M. A autonomia financeira do Poder Judiciário. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2018.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

RESUMO

A grande responsabilidade do governo é proporcionar bem-estar à coletividade, e para que isso possa ocorrer é necessário que seja feito um planejamento dos programas a serem desenvolvidos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), em seu artigo 1º, informa que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, salientando a importância dos instrumentos orçamentários na área pública (Brasil, 2000). Esses instrumentos são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo nº 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais” (Brasil, 1988). Algo importante nesse trecho da CF é que os instrumentos orçamentários são iniciados pelo poder executivo, e não legislativo, apesar de serem leis ordinárias, e sempre aprendemos que leis são elaboradas pelo Poder Legislativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA

ESTRUTURA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP)

AULA 2

INTRODUÇÃO

INFORMAÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E PARA LEVANTAMENTO DE
BALANÇOS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO (BO)
BALANÇO FINANCEIRO NO SETOR PÚBLICO (BF)
BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO (BP)

AULA 3

INTRODUÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)
NOTAS EXPLICATIVAS (NE)
CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO
ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA
ANÁLISE DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO
ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA
ANÁLISE FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO

AULA 5

INTRODUÇÃO
RECEITA E SUA FUNÇÃO NO EQUILÍBRIO FISCAL
COMPETÊNCIA E PANORAMA DAS RECEITAS NO BRASIL
COMPONENTES DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO
INDICADORES DE ANÁLISE DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO
GASTOS PÚBLICOS E EFICIÊNCIA DOS GASTOS
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO
NECESSIDADES DA COMUNIDADE
RESULTADO ECONÔMICO NO SETOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- DENHARDT, R. B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- BRASIL. Lei n. 4320, de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm.

DISCIPLINA:

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

RESUMO

Para iniciarmos nossa disciplina, devemos retornar ao passado e entender um pouco sobre a história da auditoria e a sua evolução ao longo do tempo. Conforme Maffei (2015), a palavra auditoria é originada do latim audire, que significa “ouvir” – o que se relaciona diretamente com a essência dessa atividade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONTROLES INTERNOS
POSICIONAMENTO DA AUDITORIA INTERNA
ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA
NORMAS DE AUDITORIA INTERNA

AULA 2

INTRODUÇÃO
CÓDIGO DE ÉTICA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO AUDITOR INTERNO
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO AUDITOR INTERNO
CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO AUDITOR INTERNO

AULA 3

INTRODUÇÃO
PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE AUDITORIA INTERNA
RISCOS DE AUDITORIA INTERNA
AMOSTRAGEM
EVIDÊNCIAS E TESTES EM AUDITORIA INTERNA

AULA 4

INTRODUÇÃO
EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA INTERNA
COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA
ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS
DOCUMENTAÇÃO DA AUDITORIA: PAPÉIS DE TRABALHO

AULA 5

INTRODUÇÃO
ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO E DA ÁREA DE AUDITORIA
AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE AUDITORIA INTERNA
GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA
PLANEJAMENTO GLOBAL DA AUDITORIA INTERNA

AULA 6

INTRODUÇÃO
GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS (GRC)
O PAPEL DA AUDITORIA BASEADA EM RISCOS – ABR
AUDITORIA INTERNA E GOVERNANÇA CORPORATIVA
AUDITORIA INTERNA E O COMITÊ DE AUDITORIA

BIBLIOGRAFIAS

- CORDEIRO, C. M. R. Auditoria interna e operacional: fundamentos, conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Atlas, 2013.
- MELO, M. M. de; SANTOS, I. R. dos. Auditoria contábil. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DISCIPLINA: RESPONSABILIDADE FISCAL
RESUMO
Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 FUNÇÕES DO ESTADO CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 2 ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?
AULA 3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AULA 4 ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS
AULA 5 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO PLANEJAMENTO DA DESPESA PÚBLICA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA
AULA 6 INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS SOBRE AS RECEITAS

SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HACK, E. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 2. ed. rev. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DISCIPLINA:
FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO
A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO
ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

INTRODUÇÃO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA
GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL
PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA
FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 3

INTRODUÇÃO
GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA
INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS
CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO
PARTICIPATIVO

AULA 5

INTRODUÇÃO

O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES
GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO
CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO
PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- ALEXY, R. Teoria de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Método, 2012

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE DE CUSTOS

RESUMO

Competitividade é um termo que resume o que as empresas vivem atualmente por conta da globalização, e sobre o impacto das possibilidades que o consumidor possui diante das tecnologias de informação e comunicação. Hoje em dia o consumidor possui à sua disposição inúmeras opções de compras pelos mais diversos canais de distribuição, e esses fatores fazem com que as empresas tenham que rever seus processos e suas atividades constantemente, sempre buscando se atualizar e se manterem competitivas. Nesse contexto, a contabilidade surge como ferramenta essencial que busca fornecer informações sempre relevantes para o processo de tomada de decisões, principalmente no que tange ao desenvolvimento de novas técnicas operacionais que visem um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis aos gestores, buscando otimizar o resultado das entidades. Diante desse aspecto, a ciência contábil está sempre buscando desenvolver novas técnicas que venham a aprimorar as práticas e satisfazer as necessidades do homem de hoje, principalmente no que tange aos negócios. Uma das formas mais eficientes usadas pelas empresas para se tornarem mais competitivas é o tratamento dos custos nos seus processos produtivos, o que é subsidiado por técnicas desenvolvidas e oferecidas pela contabilidade de custos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A CONTABILIDADE FINANCEIRA, A DE CUSTOS E A GERENCIAL
TERMINOLOGIAS APLICADAS À CONTABILIDADE DE CUSTOS
PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CUSTOS
ESQUEMA BÁSICO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
A CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA ATENDER À CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E FISCAL

AULA 2

MATERIAIS DIRETOS: CONCEITO, DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

IMPOSTOS NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: O CUSTO MÉDIO
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: PEPS (FIFO)
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: UEPS (LIFO)

AULA 3

SEPARAÇÃO ENTRE MÃO DE OBRA DIRETA E INDIRETA
APONTAMENTO DA MÃO DE OBRA DIRETA
COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE MÃO DE OBRA DIRETA
TEMPO NÃO PRODUTIVO DA MÃO DE OBRA DIRETA
OUTROS GASTOS DECORRENTES DA MÃO DE OBRA

AULA 4

IDENTIFICAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO
DEPARTAMENTALIZAÇÃO
DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE RATEIO
RATEIO DOS CUSTOS DOS DEPARTAMENTOS
IMPORTÂNCIA DA CONSISTÊNCIA DOS CRITÉRIOS

AULA 5

SISTEMA DE CUSTEIO DIRETO
SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO
SISTEMA DE CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)
SISTEMA DE CUSTEIO RKW
CUSTOS EM ENTIDADES COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS

AULA 6

CUSTEAMENTO POR ORDEM
CUSTEAMENTO POR PROCESSOS
CUSTEAMENTO EM AMBIENTES DE PRODUÇÃO CONJUNTA
CONTABILIDADE DE CUSTOS E O PRONUNCIAMENTO CPC 16 ESTOQUES
PERDAS NA PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- LEONE, G. S. G. Curso de contabilidade de custos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária. São Paulo. Atlas, 2010.
- SOUZA, A.; CLEMENTE, A. Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas – exercícios resolvidos e propostos com utilização do EXCEL. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE PÚBLICA

RESUMO

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade

governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS

ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)

AULA 2

INTRODUÇÃO

REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO

RECEITA PÚBLICA

DESPESA PÚBLICA

ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

AULA 4

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO PCASP

NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 6

INTRODUÇÃO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIAS

- COELHO, C. U.; LINS, L. dos S. Teoria da contabilidade: abordagem contextual histórica e gerencial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FEIJÓ, P. H. Entendendo as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público. Brasília: Editora Gestão Pública, 2013.
- ZEFF, S. A. A evolução do IASB para o IASB e os desafios enfrentados. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 25, p. 300-320, set./dez. 2014.

DISCIPLINA:
NEUROCIÊNCIA, GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO
RESUMO
A neurociência é um campo do conhecimento que vem ganhando espaço entre as organizações, por conta da gama de aplicações que têm surgido, desse campo, nos últimos tempos. Buscando desvendar aspectos do comportamento humano e suas relações com as práticas corporativas, nesta aula iremos traçar um panorama atualizado das organizações no século XXI, apresentando como os processos de gestão têm se adaptado às mudanças, assim como se dá a recente incorporação da neurociência em seu planejamento.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO A NEUROCIÊNCIA E AS MUDANÇAS NAS ORGANIZAÇÕES DA GESTÃO À NEUROGESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO AO NEUROPLANEJAMENTO O FUTURO: QUANDO O CÉREBRO ASSUME O COMANDO
AULA 2 INTRODUÇÃO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS COM A NEUROCIÊNCIA COGNITIVA NEUROBUSINESS: DENTRO E FORA DAS EMPRESAS ECONOMIA COMPORTAMENTAL NEUROECONOMIA
AULA 3 INTRODUÇÃO FLEXIBILIDADE COGNITIVA: PENSAMENTO FLEXÍVEL EM TEMPOS DE MUDANÇA NEUROCIÊNCIA COGNITIVA APLICADA À CRIATIVIDADE TÉCNICAS DE ESTIMULAÇÃO DA CRIATIVIDADE POR MEIO DA NEUROCIÊNCIA COGNITIVA NEUROINOVAÇÃO E BRAIN DESIGN THINKING
AULA 4 INTRODUÇÃO GARANTINDO QUE OS VALORES E METAS SE ALINHEM NEUROCIÊNCIA E AS DECISÕES DE CONTRATAÇÃO NEUROEXPERIENCE A ECONOMIA DA EXPERIÊNCIA POSICIONAMENTO DE MARCAS NA MENTE DO CONSUMIDOR
AULA 5 INTRODUÇÃO

DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E MARCAS ATRATIVAS
IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA NA PROMOÇÃO DAS MARCAS: TRYVERTISING
NEURO SEGMENTAÇÃO, POSICIONAMENTO E TARGETING: DIFERENÇAS ENTRE GÊNEROS
TRENDS MUNDIAIS: PREVER O COMPORTAMENTO FUTURO

AULA 6

INTRODUÇÃO

LIFESTYLE E FASHION REHEARSAL

COOL HUNTING & CONSUMER TRENDS

CONSUMIDOR E EMPRESA COOPERANDO NA INOVAÇÃO

COCRIAÇÃO DE VALOR DO CONSUMIDOR

BIBLIOGRAFIAS

- BRAIDOT, N. P. Neuromanagement: la revolución neurocientífica en las organizaciones, del management al neuromanagement. Buenos Aires: Granica, 2014.
- SERTEK, P.; GUINDANI, R. A.; MARTINS, T. S. Administração e planejamento estratégico. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Administração Estratégica).
- GONÇALVES, R.; PAIVA, A. Triuno: neurobusiness e qualidade de vida. 2. Ed. [s.l.], 2015.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

PODERES ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

MODALIDADES DA LICITAÇÃO

EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO

REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS

TIPOS DE CONTRATO

CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS

EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014

CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- FILHO, M. J. Curso de Direito Administrativo. 8. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.
- MELLO, C. A. B. de. Curso de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

DISCIPLINA:

FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

RESUMO

Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos preparamos para sair (para o trabalho ou para os

estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA
ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS
FUNÇÕES DO GOVERNO
FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO

AULA 2

NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO
CICLO ORÇAMENTÁRIO
PLANO PLURIANUAL (PPA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

AULA 3

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964
PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO
PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE
PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS
OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

AULA 4

HISTÓRICO E OBJETIVO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI)
PRINCÍPIOS DA LRF
LICITAÇÕES PÚBLICAS CONCEITOS, OBRIGATORIEDADE
MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS
LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

AULA 5

CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO
GESTÃO DE RISCOS
COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL)
PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)

AULA 6

AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA): NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100
AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3
NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERACIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300
NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE

NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- STRECK, D. R. Educação para um novo contrato social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ARVATE, P.; BIDERMAN, C. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- PALUDO, A. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

RESUMO

Nesta disciplina o acadêmico irá compreender que os conceitos e possibilidades de aprendizado são amplos, no que concerne ao tema da gestão escolar financeira. Durante o curso será possível que as etapas ofereçam um ponto de partida e, principalmente, uma base de pesquisa para que um gestor financeiro entenda a natureza do seu trabalho, mas, também, quais as estruturas políticas e as opções conceituais da Administração Pública às quais ele estará submetido.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

VINCULAÇÃO DE RECEITAS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS NA VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E

REPARTIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE FUNDOS

NOVO FUNDEB: APONTAMENTOS GERAIS

AULA 2

INTRODUÇÃO

SALÁRIO EDUCAÇÃO E REPASSES DO FNDE

RECURSOS DO FUNDEB

ECONOMIA, MDE E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

ESTABILIDADE RELATIVA NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

CONDIÇÕES DE OFERTA E RECURSOS FINANCEIROS

REFORMAS EDUCACIONAIS

REFORMAS EDUCACIONAIS, GESTÃO FINANCEIRA E RESPONSABILIZAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

GESTÃO COMPARTILHADA NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1990

GESTÃO GERENCIAL E A NOVA GESTÃO PÚBLICA

REFORMA EMPRESARIAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA ESCOLA: FONTES PAGADORAS

TERCEIRIZAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO: FONTES PAGADORAS

NATUREZA DO SERVIÇO E DO SERVIDOR PÚBLICO: FONTES PAGADORAS

CAPTAÇÃO DE RECURSOS E A RELAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COM AS ENTIDADES PRIVADAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

PATRIMÔNIO MATERIAL, IMATERIAL E PRESERVAÇÃO/AMPLIAÇÃO

GESTÃO DO PATRIMÔNIO ENQUANTO GESTÃO PEDAGÓGICA

PATRIMÔNIO, IDENTIDADE, AUTONOMIA ESCOLAR

ESTRUTURA, LIMITES E POSSIBILIDADES DA GESTÃO FINANCEIRA NAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINS, P. de S. Fundeb, federalismo e regime de colaboração. Campinas: Autores Associados, 2011.
- VIEIRA, S. L.; VIDAL, E. M. Política de financiamento da educação no Brasil: uma (re)construção histórica. Em aberto, o Fundeb em perspectiva, Brasília, v. 28, n. 93, p. 17-42, jan./jun. 2015.
- APPLE, M. W. A luta pela democracia na educação: lições de realidades sociais. Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2020.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE POLÍTICAS DE PREÇOS

RESUMO

Apresentaremos aqui o conceito de contabilidade de custos e política de preços e teremos a abordagem conceitual de custo, gasto, despesas e perdas. Explicaremos a classificação de custo fixo e variável, de custo direto e indireto além da classificação das despesas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE CONTABILIDADE DE CUSTOS E POLÍTICA DE PREÇOS

ABORDAGEM CONCEITUAL: GASTO CUSTO, DESPESA E PERDAS

CLASSIFICAÇÃO DE CUSTO DIRETO E INDIRETO

CLASSIFICAÇÃO DE CUSTO FIXO E VARIÁVEL

CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

AULA 2

A IMPORTÂNCIA DO PREÇO NA ESTRATÉGIA COMERCIAL

CUSTOS E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO DE PREÇOS

SISTEMAS DE CUSTEIO

ANÁLISE DO BREAK-EVEN-POINT

CUSTOS FINANCEIROS NAS OPERAÇÕES COMERCIAIS

AULA 3

MARKUP DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

MÉTODOS DE DEFINIÇÃO DE PREÇOS: BASEADOS EM CUSTOS

MÉTODOS DE DEFINIÇÃO DE PREÇOS: BASEADOS NA DEMANDA
MÉTODOS DE DEFINIÇÃO DE PREÇOS: BASEADOS NA CONCORRÊNCIA
MODELO DE FORMAÇÃO DE PREÇO BASEADO NA PERCEPÇÃO DE VALOR PELO
CLIENTE

AULA 4

PREÇO COM BASE NO CUSTO PLENO OU ABSORÇÃO
PREÇO COM BASE CUSTO DE TRANSFORMAÇÃO OU CONVERSÃO
PREÇO COM BASE NO CUSTO MARGINAL
PREÇO COM BASE NA TAXA DE RETORNO EXIGIDA SOBRE O CAPITAL INVESTIDO
PREÇO COM BASE NO CUSTO PADRÃO

AULA 5

INCIDÊNCIA DE IMPOSTOS E TRIBUTOS
LUCRO REAL
LUCRO PRESUMIDO
SUPER SIMPLES
FATORES QUE IMPACTAM OS PREÇOS

AULA 6

MARGEM BRUTA
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
MARGEM LÍQUIDA
RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BIBLIOGRAFIAS

- ASSEF, R. Guia prático de formação de preços: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para pequenas e médias empresas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CREPALDI, S. A. Curso básico de contabilidade de custos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, E. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.